

## Declaração do Contador - 2024 Com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR																																									
Denominação Completa	Código do Órgão																																								
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA</b>	<b>26267</b>																																								
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:</p> <p><b>1. À composição dos valores do Ativo Imobilizado e Intangível:</b></p> <p>a) Permanência de saldo na conta de bens móveis não localizados, com aumento do valor em relação ao ano anterior: Aplicada a Restrição 632 - Saldos alongados/indevidos em contas transitórias do ativo não circulante - imobilizado;</p> <p>b) Entrega parcial do inventário dos bens móveis, faltando inventariar o material bibliográfico;</p> <p>c) Ausência da reavaliação dos bens móveis e intangíveis: Aplicada a Restrição 634 - Falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis e outros;</p> <p>d) Ausência de testes de recuperabilidade (redução ao valor recuperável) de bens móveis e intangíveis;</p> <p>e) Falta da revisão da vida útil dos softwares que não são amortizados;</p> <p>f) Ausência de contabilização de Imóvel recebido em forma de Contrato de Cessão de Uso: Aplicada a Restrição 776 - Falta de reconhecimento de bens imóveis.</p> <p><b><u>Justificativas da área para o item a:</u></b></p> <p>No processo do Inventário de Bens Patrimoniais Móveis e Intangíveis do exercício de 2024 (23422.026220/2024-83), foi apurado o valor de R\$ 16.490.407,71 de Bens Não Localizados, conforme demonstrado na tabela abaixo, comparando-se com os períodos anteriores:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><caption>Tabela comparativa do resultado dos inventários desde 2016</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Valor Total Acervo Patrimonial R\$</th><th>Valor de Bens Não Localizados R\$</th><th>Percentual de Bens Não Localizados - %</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>43.128.548,02</td><td>3.252.070,40</td><td>7,54</td></tr><tr><td>2017</td><td>55.670.719,79</td><td>3.334.922,27</td><td>5,99</td></tr><tr><td>2018</td><td>62.744.122,51</td><td>10.142.303,93</td><td>16,16</td></tr><tr><td>2019</td><td>66.449.771,76</td><td>2.199.215,33</td><td>3,30</td></tr><tr><td>2020</td><td>69.486.947,54</td><td>2.494.438,55</td><td>3,59</td></tr><tr><td>2021</td><td>68.476.518,54</td><td>4.091.225,70</td><td>5,64</td></tr><tr><td>2022</td><td>73.472.406,49</td><td>2.930.256,90</td><td>3,84</td></tr><tr><td>2023</td><td>77.070.809,82</td><td>3.671.389,02</td><td>4,76</td></tr><tr><td>2024</td><td>84.029.835,86</td><td>16.490.407,71</td><td>19,62</td></tr></tbody></table> <p>*Nos valores do quadro acima, exclui-se o valor do material bibliográfico.</p> <p>De acordo com o setor responsável, foram adotadas as seguintes medidas na tentativa de solucionar o problema dos Bens Não Localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>Descentralização dos trabalhos de levantamento patrimonial através de comissão central e subcomissões setoriais;</li><li>Treinamentos ministrados às comissões antes do início dos trabalhos;</li></ol>		Ano	Valor Total Acervo Patrimonial R\$	Valor de Bens Não Localizados R\$	Percentual de Bens Não Localizados - %	2016	43.128.548,02	3.252.070,40	7,54	2017	55.670.719,79	3.334.922,27	5,99	2018	62.744.122,51	10.142.303,93	16,16	2019	66.449.771,76	2.199.215,33	3,30	2020	69.486.947,54	2.494.438,55	3,59	2021	68.476.518,54	4.091.225,70	5,64	2022	73.472.406,49	2.930.256,90	3,84	2023	77.070.809,82	3.671.389,02	4,76	2024	84.029.835,86	16.490.407,71	19,62
Ano	Valor Total Acervo Patrimonial R\$	Valor de Bens Não Localizados R\$	Percentual de Bens Não Localizados - %																																						
2016	43.128.548,02	3.252.070,40	7,54																																						
2017	55.670.719,79	3.334.922,27	5,99																																						
2018	62.744.122,51	10.142.303,93	16,16																																						
2019	66.449.771,76	2.199.215,33	3,30																																						
2020	69.486.947,54	2.494.438,55	3,59																																						
2021	68.476.518,54	4.091.225,70	5,64																																						
2022	73.472.406,49	2.930.256,90	3,84																																						
2023	77.070.809,82	3.671.389,02	4,76																																						
2024	84.029.835,86	16.490.407,71	19,62																																						

## Declaração do Contador - 2024 Com Ressalva

3. Consulta em termos de acautelamento com atraso, enviando notificação aos responsáveis para regularização;
4. Implementação de sistema via aplicativo para levantamento das informações;
5. Identificação dos detentores dos bens não localizados no trabalho de pós inventário;
6. Análise e etiquetagem dos bens não identificados.

Além dessas, demais providências continuarão sendo tomadas, tais como:

- a) Efetuar transferências patrimoniais que ainda se encontram na carga da SEPAT para os setores detentores a fim de regularizar os registros de responsabilidade com base no relatório analítico do inventário de 2024;
- b) Acompanhamentos mensais de Termos de Acautelamento com Bens em Atraso, cobrando os setores responsáveis pelas cargas para regularizarem pendências nos registros de seus bens.

### **Justificativas da área para o item b:**

O setor responsável relata, conforme ofício nº 37/2024/BIUNILA, problemas no sistema, alegando que não está registrando corretamente o tombamento dos itens, o que está impedindo a execução do inventário anual. Embora a Seção de Patrimônio tenha formalizado solicitação de suporte à equipe de Tecnologia de Informação, até o momento não há informações sobre a resolução do problema. O setor responsável destaca, ainda, que o acervo da Biblioteca da UNILA (BIUNILA) conta com mais de 85 mil exemplares e há necessidade de tombamento retroativo para a atualização do devido valor contábil no sistema de patrimônio. O tombamento realizado pelo Setor de Processamento Técnico da BIUNILA não é integrado ao sistema patrimonial, gerando divergências que demandam integração e automação. Alterar manualmente as etiquetas dos códigos de barras das capas dos materiais ou incluir novos números de tombo em cada exemplar seria inviável, devido ao impacto físico nos materiais e ao alto volume de exemplares. Para atender plenamente à demanda, a BIUNILA propôs a realização de um novo inventário, com a participação de um servidor da Seção de Patrimônio (SEPAT) na comissão responsável, garantindo o suporte técnico necessário e a coordenação das ações.

### **Justificativas da área para os itens c, d e e:**

O setor responsável informou que dedicou o ano de 2024 para atividades urgentes de aquisições de veículos e ajustes de rotinas de trabalho, propostas pela alta gestão. Manteve ainda, a execução das atividades de rotina das unidades, que contempla recebimento de material, registro de bens, gestão de material de consumo, gestão e bens patrimoniais (em depósito), movimentação física de bens, gestão da frota de veículos, realização de processos de compra de materiais essenciais, gestão de atas de registro de preço válidas, tratamento e arquivo de documentos, tombamento de acervo bibliográfico adquirido, gestão dos contratos sob gestão da unidade, entre outras atividades. Informou, ainda, que ações de grande porte, como a implantação do SIADS, reavaliação de bens, testes de recuperabilidade e revisão da vida útil dos softwares ficaram impossibilitadas de serem executadas, devido à grande dedicação necessária. Por fim, informa que em 2025 serão avaliadas novas formas para execução das atividades citadas e buscarão melhorias nos processos para atender todas as demandas.

### **Justificativa para o item f:**

Em 2022, a UNILA recebeu em forma de Contrato de Cessão de Uso, sob o regime de utilização gratuita de Imóvel da União, pelo prazo de 10 anos, um terreno localizado à Avenida Carlos Gomes s/no, Parte do lote 1549 - Vila Portes, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, com área de 59.927,89 m<sup>2</sup>, no valor de R\$ 1.487.410,12, registrado sob a Matrícula no 76.687, do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu - PR. Cadastrado no SPIUnet sob o RIP 7563010035000 e RIP Utilização 7563010055000. A finalidade da cessão se destina na construção, implantação e funcionamento do novo Campus Universitário da UNILA, conforme consta no processo 23422.018269/2022-09. No entanto, o imóvel não foi transferido contabilmente para a UNILA. Em contato com a Setorial Contábil/MEC e a SPU/PR, foi constatado que a transferência não ocorreu devido a problemas no sistema SPIUnet. Desta forma, foi enviado à SPU/PR, em março de 2023, o ofício nº 157/2023/Reitoria, solicitando que tão logo o sistema seja normalizado, que seja efetivado o procedimento de contabilização do imóvel em favor da UNILA, considerando a existência de contrato já firmado neste sentido. Em Junho de 2023, a Reitoria formalizou a solicitação de conversão da cessão do terreno para doação por meio do Ofício nº 223/2023/Reitoria à

## Declaração do Contador - 2024 Com Ressalva

SPU/PR, entretanto, após análise da gestão atual, não há evidência de que este ofício tenha sido encaminhado à SPU/PR. Em junho de 2024, a reitoria formalizou outro ofício, de nº 130/2024/Reitoria, também endereçado à Superintendência do Patrimônio da União no Paraná, solicitando prorrogação do prazo para início das obras por dois anos, devido ao prazo estipulado encerrar-se em 07/07/2024. Até o encerramento do exercício, não houve registro de resposta no processo.

### 2. À existência de saldos alongados em contas de controle:

Em análise às contas de controle de obrigações contratuais, identificou-se que alguns contratos continuados possuem saldos alongados de períodos anteriores, sendo aplicada a restrição 653 - Saldo alongado/indevido em contas de controle. Isso ocorre porque alguns contratos são realizados com valores estimados, como, por exemplo, os contratos de transporte rodoviário de passageiros, serviços de agenciamento de viagens aéreas, serviços de envio de encomendas (Correios), serviços de telefonia, entre outros, e geralmente sobram valores não executados. Para que esses valores não executados sejam baixados é necessário que o Departamento de Contratos encaminhe a solicitação ao Departamento de Contabilidade. Periodicamente, o Departamento de Contabilidade encaminha a relação com os saldos dos contratos ao Departamento de Contratos, para que este os analise e solicite a baixa dos saldos não utilizados. Entretanto, a solicitação de baixa de alguns contratos ainda não foi encaminhada.

### 3. Às despesas do exercício corrente pagas com recursos de restos a pagar:

Foi constatada a existência do pagamento de despesas cujo fato gerador ocorreu no exercício corrente, utilizando-se empenhos inscritos em restos a pagar, sendo aplicada a Restrição 706. Os pagamentos foram devidamente autorizados pela autoridade competente, conforme consta nos seguintes processos:

23422.000062/2024-31; 23422.000064/2024-21; 23422.000066/2024-10; 23422.000069/2024-53;  
23422.002259/2024-13; 23422.002170/2024-49; 23422.025928/2023-36; 23422.002124/2024-40;  
23422.018275/2022-58; 23422.001637/2024-33; 23422.001613/2024-84; 23422.022635/2023-05;  
23422.024609/2024-94.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Foz do Iguaçu, PR	Data	24/01/2025
Contador Responsável	Cleverson José Abati	CRC nº	058524/O-0